


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006980-09.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 03/10/2014 16:55:44 faço estes autos conclusos ao  
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
 subscrevi.

**RELATÓRIO**

CONDOMÍNIO TERRA NOVA SÃO CARLOS I propõe ação de cobrança contra RUB CRELHO BARBOSA e CONSTANCIA MARINA CANEVAROLO BARBOSA, pleiteando a condenação da parte ré ao pagamento das contribuições condominiais vencidas, identificadas em planilha de débito (fls. 39), e vincendas.

Os réus foram citados (fls. 57) e, em audiência de conciliação do rito sumário, não apresentaram resposta (fls. 58).

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 277, § 2º c/c art. 330, II do CPC, pois os réus, citados, não apresentaram resposta no prazo legal.

A ação é procedente.

A revelia firma presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.

Os réus possuem a obrigação de pagar as contribuições condominiais.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo procedente a ação e CONDENO os réus a pagarem à parte autora as contribuições condominiais vencidas, indicadas às fls. 39, e as que se venceram e vencerem posteriormente, até o pagamento e extinção da execução, com a multa de 2%, juros de 1%, e correção monetária pela tabela do TJSP, todos desde cada vencimento; CONDENO-OS nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em 10% sobre o valor da condenação.

Fica(m) desde já o(s) réu(s) intimado(s) de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

Os réus reputam-se intimados desta com a simples publicação em cartório, sendo desnecessária a intimação pessoal pois, nos termos do art. 322 do CPC: "contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório".

P.R.I.

São Carlos, 03 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**